

Recibo Eletrônico de Protocolo - 20402446

Usuário Externo (signatário): Rosângela Mazzeto
Data e Horário: 19/11/2021 12:19:42
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 10264.109309/2021-50
Interessados:

Sindicato do comércio de veículos e de peças e acessórios para veículos no estado do Rio Grande do Sul

Protocolos dos Documentos (Número SEI):**- Documento Principal:**

- Requerimento MR062987/2021 20402444

- Documentos Complementares:

- Complemento Procuração Sincopemas-RS 20402445

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontra;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Economia.

AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR062987/2021**

SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. **92.961.523/0001-12**, localizado(a) à Rua Castro Alves - lado ímpar, 723, 301, Independência, Porto Alegre/RS, CEP 90430-131, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). ROSANGELA MAZZETO, CPF n. 007.795.250-27

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARI, CNPJ n. 08.666.045/0001-01, localizado(a) à Rua General Osório, 2274, casa, Centro, Taquari/RS, CEP 95860-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). RAUL DA CRUZ CERVEIRA NETO, CPF n. 006.994.750-31, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 07/12/2019 no município de Taquari/RS;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Subsecretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR062987/2021, na data de 19/11/2021, às 10:01.

Porto Alegre/RS, 19 de novembro de 2021.

ROSANGELA MAZZETO

Procurador

SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RAUL DA CRUZ CERVEIRA NETO

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARI

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR062987/2021
DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 19/11/2021 ÀS 10:01
SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.961.523/0001-12, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARI, CNPJ n. 08.666.045/0001-01, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2020 a 31 de maio de 2022 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados no comércio varejista de veículos e de peças e acessórios para veículos**, com abrangência territorial em **Bom Retiro do Sul/RS, Fazenda Vilanova/RS, Paverama/RS, Tabai/RS, Taquari/RS, Teutônia/RS e Vale Verde/RS.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - COMPENSAÇÕES

Os aumentos ou reajustes espontâneos concedidos pelas empresas e não decorrentes de promoção poderão ser compensados.

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTES SALARIAIS

Os empregados representados pela entidade profissional acordante terão seus salários reajustados conforme percentuais abaixo discriminados:

I) 9,82% (Nove inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), em 1º de Junho de 2016, a incidir sobre o salário percebido em Junho de 2015.

E para os empregados admitidos após a data-base Junho/2015, os reajustes serão aplicados conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
Junho/2015	9,82%	Dezembro/2015	5,54%
Julho/2015	8,98%	Janeiro/2016	4,60%
Agosto/2015	8,35%	Fevereiro/2016	3,04%
Setembro/2015	8,08%	Março/2016	2,07%

Outubro/2015	7,53%	Abril/2016	1,63%
Novembro/2015	6,71%	Maió/2016	0,98%

II) 3,35% (Três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento), em 1º de Junho de 2017, a incidir sobre o salário percebido em Junho de 2016.

E para os empregados admitidos após a data-base Junho/2016, os reajustes serão aplicados conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
Junho/2016	3,35%	Dezembro/2016	1,57%
Julho/2016	2,87%	Janeiro/2017	1,43%
Agosto/2016	2,21%	Fevereiro/2017	1,00%
Setembro/2016	1,90%	Março/2017	0,76%
Outubro/2016	1,81%	Abril/2017	0,44%
Novembro/2016	1,64%	Maió/2017	0,36%

III) 1,76% (Um inteiro e setenta e seis centésimos por cento), em 1º de Junho de 2018, a incidir sobre o salário percebido em Junho de 2017.

E para os empregados admitidos após a data-base Junho/2017, os reajustes serão aplicados conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
Junho/2017	1,76%	Dezembro/2017	1,39%
Julho/2017	1,76%	Janeiro/2018	1,12%
Agosto/2017	1,76%	Fevereiro/2018	0,89%
Setembro/2017	1,76%	Março/2018	0,71%
Outubro/2017	1,76%	Abril/2018	0,64%
Novembro/2017	1,57%	Maió/2018	0,43%

IV) 4,78% (Quatro inteiros e setenta e oito centésimos por cento), em 1º de Junho de 2019, a incidir sobre o salário percebido em Junho de 2018.

E para os empregados admitidos após a data-base Junho/2018, os reajustes serão aplicados conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
Junho/2018	4,78%	Dezembro/2018	2,59%
Julho/2018	3,31%	Janeiro/2019	2,44%
Agosto/2018	3,05%	Fevereiro/2019	2,07%
Setembro/2018	3,05%	Março/2019	1,53%
Outubro/2018	2,74%	Abril/2019	0,75%
Novembro/2018	2,59%	Maió/2019	0,15%

V) 2,05% (Dois inteiros e cinco centésimos por cento), em 1º de Junho de 2020, a incidir sobre o salário percebido em Junho de 2019.

E para os empregados admitidos após a data-base Junho/2019, os reajustes serão aplicados conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
Junho/2019	2,05%	Dezembro/2019	1,28%
Julho/2019	2,04%	Janeiro/2020	0,54%
Agosto/2019	1,94%	Fevereiro/2020	0,35%
Setembro/2019	1,86%	Março/2020	1,18%
Outubro/2019	1,86%	Abril/2020	0,00%
Novembro/2019	1,83%	Maió/2020	0,00%

VI) 8,90% (Oito inteiros e noventa centésimos por cento), em 1º de Junho de 2021, a incidir sobre o salário percebido em Junho de 2020.

E para os empregados admitidos após a data-base Junho/2020, os reajustes serão aplicados conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste	Admissão	Reajuste
Junho/2020	8,90%	Dezembro/2020	4,84%
Julho/2020	8,57%	Janeiro/2021	3,33%
Agosto/2020	8,09%	Fevereiro/2021	3,05%
Setembro/2020	7,71%	Março/2021	2,22%
Outubro/2020	6,78%	Abril/2021	1,34%
Novembro/2020	5,84%	Maió/2021	0,96%

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Ficam instituídos os seguintes pisos salariais:

I) a partir de **1º de Junho de 2016:**

a) Empregados em Geral e Comissionistas: R\$ 1.158,00 (Um mil, cento e cinquenta e oito reais);

b) Empregados em Serviços de Limpeza: R\$ 1.149,00 (Um mil, cento e quarenta e nove reais);

II) a partir de **1º de Junho de 2017:**

a) Empregados em Geral e Comissionistas: R\$ 1.230,00 (Um mil, duzentos e trinta reais);

b) Empregados em Serviços de Limpeza: R\$ 1.221,00 (Um mil, duzentos e vinte e um reais);

III) a partir de **1º de Junho de 2018:**

- a) Empregados em Geral e Comissionistas: R\$ 1.260,00 (Um mil, duzentos e sessenta reais);**
- b) Empregados em Serviços de Limpeza: R\$ 1.251,00 (Um mil, duzentos e cinquenta e um reais);**

IV) a partir de **1º de Junho de 2019:**

- a) Empregados em Geral e Comissionistas: R\$ 1.320,20 (Um mil, trezentos e vinte reais e vinte centavos);**
- b) Empregados em Serviços de Limpeza: R\$ 1.310,80 (Um mil, trezentos e dez reais e oitenta centavos);**

V) a partir de **1º de Junho de 2020:**

- a) Empregados em Geral e Comissionistas: R\$ 1.347,30 (Um mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta centavos);**
- b) Empregados em Serviços de Limpeza: R\$ 1.337,70 (Um mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta centavos);**

VI) a partir de **1º de Junho de 2021:**

- a) Empregados em Geral e Comissionistas: R\$ 1.467,20 (Um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos);**
- b) Empregados em Serviços de Limpeza: R\$ 1.456,75 (Um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos).**

Parágrafo único: Fica estabelecido que os pisos fixados no item VI da presente cláusula servirão de base de cálculo para a fixação dos novos pisos na próxima data base que será em 1º de Junho de 2022.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Os salários, as horas extras e comissões deverão ser pagos em uma única vez, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIOS EM SEXTAS-FEIRAS

Em se tratando de pagamento de salários e rescisões de contrato, em sextas-feiras ou vésperas de feriado, deverão ser os mesmos feitos em moeda corrente nacional, salvo se a empresa adotar o sistema de depósito bancário.

CLÁUSULA OITAVA - RECIBO DE SALÁRIOS

As empresas fornecerão a seus empregados, no ato do pagamento dos salários, discriminativos dos pagamentos e descontos efetuados, através de cópia de recibos ou de envelopes de pagamento, onde conste: a) o número de horas normais e extras trabalhadas; b) o total das comissões e os percentuais destas.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA NONA - SALÁRIO DO SUCESSOR

Admitido empregado para a função de outro demitido sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA - IGUALDADE SALARIAL

Não poderá haver desigualdade salarial entre homens e mulheres que prestem serviço ao mesmo empregador, exercendo função idêntica, com o mesmo tempo de serviço.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CHEQUES SEM COBERTURA

A impossibilidade de as empresas descontarem de seus funcionários que exerçam função de caixa, valores relativos a cheques sem cobertura de fundos ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador, para a aceitação de cheques.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DESCONTO DO REPOUSO REMUNERADO

As empresas não descontarão o repouso semanal remunerado do empregado, ou feriado, quando o mesmo, apresentando-se atrasado, for admitido ao serviço naquele dia.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PAGAMENTO DO REPOUSO REMUNERADO E FERIADOS DOS COMISSIONISTAS

O pagamento dos repousos remunerados e feriados, devidos aos empregados comissionistas, tomará por base o total das comissões auferidas no mês, dividido pelos dias efetivamente trabalhados e multiplicados pelos domingos e feriados a que fizer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECOLHIMENTO DO FGTS

As empresas recolherão o FGTS com base no total da remuneração do empregado, devendo entregar aos mesmos os extratos fornecidos pelo banco.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS

Eventuais diferenças salariais decorrentes da presente Convenção poderão ser pagas em, até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas a contar da folha de pagamento do mês de **Novembro de 2021**, sem juros, multas e correção monetária.

Parágrafo Primeiro: As diferenças, caso forem pagas parceladas, deverão observar as seguintes datas de pagamento:

- A) Ref. Ao ano 2016 pagamento até 07/12/2021;
- B) Ref. Ao ano 2017 pagamento até 07/01/2022;
- C) Ref. Ao ano 2018 pagamento até 07/02/2022;
- D) Ref. Ao ano 2019 pagamento até 07/03/2022;
- E) Ref. Ao ano 2020 pagamento até 07/04/2022;
- F) Ref. Ao ano 2021 pagamento até 07/05/2022;

Parágrafo Segundo: Entende-se por diferenças devidas desta convenção:

- A) Diferenças de Salários e seus reflexos;
- B) Diferenças de quebra de caixa;
- C) Diferenças de Auxílio Creche;
- D) Diferenças de Auxílio Estudante.

Parágrafo terceiro: Expirado este prazo, todas as diferenças deverão ser pagas corrigidas pela tabela de débitos trabalhistas da data do débito até a data do efetivo pagamento.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADIANTAMENTO 13º SALÁRIO NAS FÉRIAS

As empresas pagarão 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos seus empregados que o requeiram até 05 (cinco) dias após o recebimento do aviso de férias, salvo em caso de férias coletivas.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUEBRA-DE-CAIXA

Concessão de um adicional de 10% (dez por cento) do salário efetivamente percebido, a todos os empregados que exerçam a função de caixa, exclusivamente, ficando ajustado que estes valores não farão parte integrante do salário do empregado para qualquer efeito legal.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras horas além da jornada, e 100% (cem por cento) para as demais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DO COMISSIONISTA

A remuneração da hora extra do empregado comissionista tomará por base o valor das comissões auferidas no mês, dividido pelo número de horas trabalhadas no mês, pagando-se o adicional conforme previsto nesta convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - HORA EXTRA DO CAIXA

As horas extras dispendidas na conferência de caixa, quando realizada após a jornada normal de trabalho, deverão ser pagas com a aplicação do percentual estabelecido nesta Convenção.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - QUINQUÊNIO

Aos integrantes da categoria profissional será concedido um adicional de 3% (três por cento) por quinquênio de serviço na mesma empresa, percentual este que incidirá sobre o salário efetivamente percebido pelo empregado, independente da forma de remuneração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

Obrigações de a conferência de caixa ser procedida à vista do empregado por ela responsável, sob pena de resultar inimputável a este qualquer irregularidade ou diferença.

Outros Adicionais

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALE TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a fornecerem a seus empregados o vale transporte nos termos da Lei 7619/87.

Comissões

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMISSIONISTA CÁLCULOS

A gratificação natalina, férias e parcelas rescisórias dos empregados comissionistas serão calculadas com base nas comissões auferidas nos últimos doze meses, garantida a correção monetária de cada uma das parcelas, com base na variação do INPC ocorrida no período.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUXÍLIO ESCOLAR

As empresas devem pagar ao empregado estudante ou que possua filho menor de 18 anos nesta condição, quando matriculado em curso oficial de ensino e comprovada a frequência regular, um auxílio escolar por ano, pago no mês de dezembro, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso da categoria.

Parágrafo primeiro: O referido auxílio não terá natureza salarial, não se incorporando à remuneração dos empregados para qualquer efeito, não constituindo base de incidência de contribuição previdenciária, nem FGTS, não se configurando, portanto, como rendimento tributável do empregado.

Parágrafo segundo: Caso o referido auxílio, referente ao período de 2016 a 2021, não tenha sido pago ao empregado, respeitando as condições do *caput*, deverá ser feito o pagamento mediante PIX utilizando a chave com o número do CPF do trabalhador, depósito, transferência em conta bancária de titularidade do trabalhador e fornecida para este, e, ainda em caso do mesmo não possuir conta bancária, deverá ser realizado através de ordem de pagamento em nome e CPF do trabalhador no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), porém as despesas decorrentes desta operação deverão ser descontadas do valor do benefício a ser depositado.

Parágrafo terceiro: O pagamento dos referidos Auxílios devem observar as datas convencionadas na cláusula Décima Quinta, Parágrafo Primeiro.

Auxílio Creche

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CRECHES

As empresas que não mantiverem creches junto ao estabelecimento ou de forma conveniada, pagarão a seus empregados, por filho menor de 06 (seis) anos, auxílio mensal no valor equivalente a 0,10 (um décimo) do salário normativo da categoria profissional, independente de qualquer comprovação de despesa.

Parágrafo único: Na hipótese do casal comerciante laborar no mesmo CNPJ comercial, e ter filho com a idade prevista conforme *caput* da presente cláusula, o referido auxílio somente será devido a um dos cônjuges.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Os contratos de experiência não poderão ser celebrados por prazo inferior a 15 (quinze) dias, devendo as empresas fornecerem cópia dos mesmos no ato da admissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANOTAÇÃO NA CTPS

As empresas anotarão na carteira de trabalho de seus empregados a função efetivamente por eles exercida no estabelecimento.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JUSTA CAUSA

As empresas notificarão por escrito ao empregado a justa causa invocada para a rescisão contratual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional um aviso prévio de 30 (trinta) dias acrescido de mais 03 (três) dias indenizados por ano de serviço ou fração igual ou superior a 06 (seis) meses de serviço na mesma empresa, não podendo essa indenização ser superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

Os empregadores que exigirem de seus empregados o cumprimento de aviso prévio sem comparecimento ao trabalho, deverão fazê-lo por escrito no verso do próprio aviso.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO AVISO PRÉVIO

Ficam proibidas alterações nas condições de trabalho, inclusive no local de trabalho, durante o aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo em caso de reversão ao cargo efetivo de exercente de cargo de confiança, sob pena de rescisão imediata do contrato de trabalho, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTAGIÁRIOS

Fica estabelecido que as empresas que contratarem estagiários deverão comunicar ao sindicato profissional tal fato, sendo que somente poderão contratar estagiários no percentual máximo de 10% (dez por cento) do seu quadro de empregados.

Parágrafo Único - Fica estabelecido que os estagiários contratados deverão exercer atividades que estão relacionadas com a sua formação profissional e curricular na forma da Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008).

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES NA CTPS

As empresas anotarão na CTPS de seus empregados ou no correspondente instrumento contratual, o percentual ajustado para o pagamento das comissões.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

As empresas fornecerão aos seus empregados a cópia do contrato de trabalho, desde que o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - OBTENÇÃO DE NOVO EMPREGO

O empregado que, em cumprimento de aviso prévio dado pelo empregador, provar a obtenção de novo emprego, terá direito de se desligar da empresa de imediato, percebendo os dias já trabalhados já no curso do aviso prévio, sem prejuízo das parcelas rescisórias.

Parágrafo Único - Igual direito é assegurado ao empregado que pede demissão, excluído o pagamento de parcelas rescisórias de FGTS com multa e guias de Seguro Desemprego.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - RELAÇÃO DE SALÁRIOS

As empresas entregarão ao empregado demitido, quando requerido, a Relação de Salários de Contribuição (RSC) de acordo com o formulário oficial do órgão da Previdência Social, no prazo de 15 (quinze) dias após o vencimento do aviso prévio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - INFORME ANUAL DE RENDIMENTOS

As empresas fornecerão a seus empregados o informe anual de rendimentos, para fins do imposto de renda.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - RECIBOS DE DOCUMENTOS

Os empregadores fornecerão a seus empregados comprovante de recebimento de quaisquer documentos que por estes lhes sejam entregues.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MAQUILAGEM

As empresas que exigirem que as empregadas trabalhem maquiladas fornecerão o material necessário, adequado à tez da funcionária.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

À empregada gestante será assegurada a estabilidade no emprego durante a gravidez e até 90 (noventa) dias contados após o retorno do benefício previdenciário.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

Aos empregados afastados por motivo de acidente de trabalho será assegurada estabilidade provisória, nos termos do art. 118 da Lei nº 8.213, de 24/07/91.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE DO APOSENTADO

Fica assegurada a estabilidade no emprego no período de 12 (doze) meses anteriores à aposentadoria por velhice, por tempo de serviço ou especial, desde que haja comunicação escrita à empresa, pelo interessado.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DEVOLUÇÃO DA CTPS

As empresas devolverão a carteira de trabalho do empregado devidamente anotada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua entrega ao empregador.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - BALANÇOS E INVENTÁRIOS

Quando a empresa realizar balanços ou inventários deverá fazê-los dentro de horário normal de trabalho, ou quando realizados fora do horário normal as horas correspondentes deverão ser pagas com o adicional previsto nesta Convenção.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - HORÁRIO DE FIM DE ANO

Será assegurado a toda a categoria profissional suscitante um expediente único nos dias **24 e 31 de Dezembro**, horário este que não poderá exceder das 20 (vinte) horas.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - REDUÇÃO DA JORNADA NO AVISO PRÉVIO

O empregado, durante o aviso prévio, poderá escolher a redução de 02 (duas) horas, no início ou fim da jornada de trabalho, caso não seja dispensado do cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DO ESTUDANTE

O empregado estudante poderá rejeitar a prorrogação da jornada, caso ela venha a prejudicar-lhe a frequência às aulas e/ou exames escolares.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - COMPENSAÇÃO HORÁRIA

Fica convencionado a possibilidade da adoção da compensação da jornada de trabalho de que trata o art. 59 da CLT, no âmbito das categorias convenientes, visando a compensação horária a qual funcionará respeitada a seguinte sistemática:

a) o empregador poderá aumentar ou reduzir a jornada diária legal de trabalho visando a compensação com aumento ou redução posterior, não podendo o aumento da jornada de trabalho exceder a 02 (duas) horas diárias;

b) o número máximo de horas a serem compensadas é limitada a 30 (trinta) horas mensais, por trabalhador;

c) o regime de compensação horária definida na alínea "b" desta Cláusula poderá ocorrer até o último dia útil do mês seguinte ao de sua realização;

d) as horas excedentes ao limite previsto na letra "b" da presente cláusula serão pagas como extras e acrescidas do adicional previsto nesta Convenção;

e) as empresas que se utilizarem do regime de compensação horária deverão fornecer, juntamente com a folha de pagamento do empregado, o espelho de controle de suas horas extras;

f) a compensação dar-se-á sempre entre segunda-feira a sábado pela parte da manhã;

Parágrafo Primeiro - As horas de trabalho reduzidas na jornada para posterior compensação não poderão ser objeto de descontos salariais, caso não venham a ser compensadas com respectivo aumento de jornada dentro do período previsto na alínea "c" desta Cláusula e nem poderão ser objeto de compensação nos meses subsequentes.

Parágrafo Segundo - Havendo rescisão de contrato e se houver crédito a favor do empregado, as respectivas horas serão computadas e remuneradas com o adicional de horas extras previsto nesta Convenção. Se houver débitos de horas do empregado para com o empregador, as horas não trabalhadas serão abonadas sem qualquer desconto nas verbas a que o trabalhador tiver direito na rescisão de contrato de trabalho.

Parágrafo Terceiro - A faculdade estabelecida no *caput* desta cláusula se aplica a todas as atividades inclusive aquelas consideradas insalubres, independentemente da autorização a que se refere o artigo 60 da CLT.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - INTERVALO DE DESCANSO NA COMPUTAÇÃO

Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional que trabalhem em computação, a cada 90 (noventa) minutos de trabalho, um intervalo de descanso de 10 (dez) minutos, sem compensação da duração da jornada normal.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - LIVRO PONTO

As empresas que possuírem mais de 05 (cinco) empregados serão obrigadas a utilizar livro ponto ou cartão mecanizado, com a obrigatoriedade de o empregado registrar sua presença ao trabalho.

Faltas

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ABONO PARA SAQUE DO PIS

As empresas dispensarão seus empregados durante 02 (duas) horas do expediente para recebimento da parcela do PIS, e durante 01 (um) dia quando o domicílio bancário for fora da cidade, sem prejuízo salarial.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA PARA CONSULTA MÉDICA

As empresas obrigam-se a abonar as faltas ao serviço do pai ou mãe, no caso de consulta médica ou internações hospitalares de filhos menores de 07 (sete) anos de idade ou excepcionais, mediante comprovação médica. O benefício fica limitado a 06 (seis) faltas ao ano.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ABONO EMPREGADO ESTUDANTE

Os empregados estudantes matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, em dia de realização de provas finais de cada semestre ou quando da prestação de exames vestibulares, serão dispensados de seus pontos durante meio turno, desde que comunicado ao empregador, com 48 (quarenta e oito) horas antes e comprove a realização da prova até 48 (quarenta e oito) horas após.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ABONO DO PONTO PARA EMPREGADA GESTANTE

A empresa abonará a falta ao trabalho da empregada gestante, no caso de consulta médica no limite de 01 (uma) mensal, mediante comprovação, declaração médica ou apresentação de carteira de gestante devidamente anotada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - LANCHES

As empresas que não dispensarem seus empregados pelo período necessário para fazer lanche, manterão local apropriado em condições para tal fim.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CURSOS E REUNIÕES

Os cursos e reuniões promovidos pela empresa e quando de comparecimento obrigatório serão realizados durante a jornada normal de trabalho, ou as horas correspondentes serão pagas como extraordinárias.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 1 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais à razão de 1/12 avos da respectiva remuneração mensal por cada mês completo de trabalho, nos termos do Enunciado 261 do TST.

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - PAGAMENTO DAS FÉRIAS

As empresas, ao concederem as férias a seus empregados, pagarão a remuneração destas conforme estabelece o artigo 145 da CLT.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - ASSENTOS

As empresas colocarão assentos nos locais de trabalho, para uso dos empregados que tenham por atividade o atendimento ao público, nos termos da Portaria 3214/78, do Ministério do Trabalho.

Uniforme

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORMES

As empresas que exigirem o uso de uniformes se obrigam a fornecê-los, sem qualquer ônus para os empregados, ao número de 02 (dois) por ano.

Insalubridade

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O pagamento do adicional de insalubridade devido aos integrantes da categoria profissional suscitante será calculado com base no salário mínimo oficial.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - ELEIÇÕES DAS CIPAS

As empresas deverão comunicar à entidade suscitante, com antecedência de 30 (trinta) dias, a eleição das CIPAS.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ATESTADOS

As empresas aceitarão atestados de doença fornecidos por médicos particulares, desde que conveniados com o INSS, para a justificativa de falta ao serviço.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - GUIAS DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E ASSISTENCIAL

As empresas encaminharão à entidade sindical suscitante cópias das guias de contribuição sindical e do desconto assistencial, acompanhadas da relação nominal dos empregados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o respectivo recolhimento.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

Os sindicatos convenientes ajustam o pagamento por empregados por eles representados e alcançados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, de contribuição negocial instituída na forma do art. 513, "e", respeitando o disposto no art. 611-B, XXVI, ambos da CLT, e observado o disposto na Nota Técnica nº 02, de 26.10.2018, da CONALIS do Ministério Público do Trabalho,

a importância mensal de **R\$ 20,90 (vinte reais e noventa centavos)**, inclusive do 13º salário. Os referidos valores deverão ser recolhidos em guias fornecidas pelo Sindicato Profissional, até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao desconto, sob pena das cominações previstas no artigo 600 da CLT.

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido que o sindicato profissional deverá informar ao empregador e os empregados o valor da contribuição fixada no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Segundo - Ao desconto referente à contribuição negocial estabelecida Cláusula, é assegurado o direito de oposição pelo empregado, manifestado individualmente e por escrito à entidade sindical conveniente, em até 15 dias da publicação do extrato da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em jornal de circulação da área de abrangência da CCT. O empregado poderá individualmente remeter carta de oposição pelo correio e com Aviso de Recebimento (AR), com o seguinte assunto discriminado "Oposição ao desconto negocial", desde que dentro do mesmo prazo de 15 dias da publicação do extrato da CCT, sendo que o AR deverá ser apresentado pelo empregado ao empregador, a fim de evitar o desconto.

Parágrafo Terceiro - As contribuições em favor do Sindicato dos Empregados, previstas nesta cláusula, em caso de demanda judicial ajuizada por empregado que pretenda a devolução das mesmas, serão de responsabilidade exclusiva do Sindicato dos Empregados, que assume a responsabilidade pela devolução dos valores em tais casos, exceção feita a eventuais indenizações em caso de dolo ou de culpa do empregador na efetuação dos descontos judicialmente contestados.

Parágrafo Quarto - Os empregados, sócios do Sindicato dos Empregados no Comércio de Taquari não terão descontados a Contribuição Negocial nos seus salários, sendo destes descontado em folha de pagamento a mensalidade de sócio no valor de R\$ 20,90 (vinte reais e noventa centavos), e recolhendo os respectivos valores aos cofres do Sindicato dos Empregados no Comércio de Taquari até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto, respeitado o disposto no "caput" desta cláusula.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

As empresas representadas pelo **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS E DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINCOPEÇAS-RS)** ficam obrigadas a recolher aos cofres da entidade o equivalente a **2,5 (dois e meio) dias** do total da folha de pagamento já reajustada e vigente nos meses de **Junho de 2016 a 2020** e o equivalente a **02 (dois) dias** do total da folha de pagamento já reajustada e vigente no mês de **Junho de 2021**, ficando instituída uma contribuição mínima de **R\$ 80,00 (oitenta reais) por empresa e para a contribuição referente ao ano de 2016**, de **R\$ 100,00 (cem reais) por empresa e para as contribuições referentes aos anos de 2017 a 2020** e de **R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por empresa e para a contribuição referente ao ano de 2021**. Os recolhimentos deverão ser feitos na conta bancária indicada em documento de cobrança bancária, sob pena das cominações previstas no art. 600 da CLT.

Os recolhimentos deverão ser feitos até o dia:

- **15 de Dezembro de 2021 referente ao ano de 2016;**
- **15 de Janeiro de 2022 referente ao ano de 2017;**
- **15 de Fevereiro de 2022 referente ao ano de 2018;**
- **15 de Março de 2022 referente ao ano de 2019;**

- 15 de Abril de 2022 referente ao ano de 2020 e;

- 15 de Maio de 2022 referente ao ano de 2021.

Parágrafo Primeiro - As empresas que não possuem empregados recolherão a importância mínima estabelecida no caput na mesma conta bancária, no mesmo prazo e com as mesmas cominações.

Parágrafo Segundo - Ficam as empresas também obrigadas a remeter ao Sindicato Patronal conveniente o resumo da folha de pagamento atualizada.

Parágrafo Terceiro - As contribuições em favor do sindicato das empresas previstas nesta cláusula, em caso de demanda judicial ajuizada por empresa que pretenda a devolução das mesmas, serão de responsabilidade exclusiva do sindicato das empresas, que assume a responsabilidade pela devolução dos valores em tais casos.

**** *O pagamento da contribuição assistencial da presente cláusula poderá ser feito de forma parcelada. Para isso, entre em contato com o Sincopeças-RS através do e-mail sincopecas-rs@sincopecas-rs.com.br.*

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - QUADRO MURAL

As empresas permitirão a divulgação em quadro mural, com acesso aos empregados, de editais, avisos e notícias sindicais editadas pelo Sindicato suscitante, ficando vedada a divulgação político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - MULTAS

As empresas que descumprirem qualquer das cláusulas da presente Convenção, que contenham obrigação de fazer, exceto aquelas que já tenham multa especificada, e uma vez notificadas para cumprimento, não o fazendo no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sofrerão uma multa no valor de 8% (oito por cento) do piso salarial da categoria, por empregado prejudicado, pagas através do Sindicato Profissional acordante.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO DO TERMO RESCISÓRIO

A pedido do empregado, a ser exercido por meio de requerimento pessoalmente entregue na entidade profissional conveniente ou na empresa, será obrigatória a assistência à homologação quando do pedido de demissão ou da rescisão do contrato de trabalho, a trabalhador com mais de 1 (um) ano de serviço na empresa.

Parágrafo Único – No ato da homologação as empresas deverão apresentar os documentos constantes no art. 22 da IN SRT/MTE nº 15/2010.

ROSANGELA MAZZETO
Procurador
SINDICATO DO COMERCIO DE VEICULOS E DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS NO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

RAUL DA CRUZ CERVEIRA NETO
Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARI

ANEXOS
ANEXO I - ATA SEC TAQUARI - PARTE 01

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA SEC TAQUARI - PARTE 02

[Anexo \(PDF\)](#)